



Edital n.º 01/2024

HASTA PÚBLICA n.º 01/2024/Ponta do Oeste

Alienação de Imóvel do Domínio Privado da Ponta do Oeste- Sociedade de Promoção e Desenvolvimento da Zona Oeste da Madeira, S.A.


A Ponta do Oeste - Sociedade de Promoção e Desenvolvimento da Zona Oeste da Madeira, S.A torna público que, no âmbito dos seus Estatutos, pelo imperativo no Decreto Legislativo Regional n.º 18/2000/M, de 2 de agosto, com a alteração do Decreto Legislativo Regional n.º 2/2018/-m, de 9 de janeiro, assim como, nos termos equiparados e para os fins do disposto nos artigos 54.º, n.º 1, 57.º, 62.º e 63.º do Decreto Legislativo Regional n.º 07/2012/M, de 20 de abril, alterado e republicado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 24/2017/M de 3 de agosto, foi autorizado, pela Resolução do Conselho de Governo n.º 1318/2023, de 12 de dezembro de 2023, a venda por hasta pública, do imóvel identificado na tabela abaixo reproduzida:

Lote	Natureza do prédio	Artigo Matricial	N.º da Descrição Predial	Localização do Imóvel	Valor base de licitação
1	Rústica	2590-A	73	Sítio da Banda de Além, freguesia da Madalena do Mar, concelho da Ponta do Sol	€ 7.500,00 (sete mil e quinhentos euros), ao qual acresce o IVA à taxa legal em vigor
	Rústica	4627- C	Omisso	Sítio da Banda de Além, freguesia da Madalena do Mar, concelho da Ponta do Sol	

1. IMPOSTOS E ENTREGA DAS PROPOSTAS

1.1 Impostos devidos: Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas (IMT), Imposto de Selo, Registo do imóvel a favor do adquirente nos termos do Código do Registo Predial e Regulamento Emolumentar dos Registo e Notariado;

1.2 Modalidades de pagamento: a pronto pagamento;



1.3 As propostas a apresentar devem indicar um valor de arrematação igual ou superior à base de licitação, acompanhadas de um cheque, de montante correspondente a 25% do valor da proposta, endossado ao Instituto de Gestão da Tesouraria e do Crédito Público, I.P. (IGCP);

1.4 O valor proposto deverá ser expresso em euros (€), em algarismos e por extenso, sendo a este último que se atende em caso de divergência;

1.5 As propostas devem ser apresentadas em sobrescrito fechado, com identificação no exterior do proponente, morada, contato telefónico, que por sua vez, é encerrado num segundo sobrescrito, dirigido à Presidente da Comissão da HP N.º 01/2024/Ponta do Oeste e endereçado à sede da Ponta do Oeste - Sociedade de Promoção e Desenvolvimento da Zona Oeste da Madeira, S.A, sita à Avenida Zarco, Edifício do Governo Regional, 3º andar, 9004-527 Funchal;

1.6 As propostas podem ser entregues pessoalmente ou enviadas por correio, sob registo, desde que a sua receção ocorra até às 17:00 horas do dia 20/03/2024, sendo listadas e ordenadas de acordo com a respetiva apresentação;

1.7 Durante o prazo fixado no ponto anterior, os interessados podem solicitar, através do endereço eletrónico geral@sociedadesdesenvolvimento.com, os esclarecimentos adicionais que considerem necessários sobre o procedimento. A visita ao respetivo imóvel deverá ser solicitada até 2 dias antes da data da praça;

1.8 As propostas apresentadas são listadas e ordenadas de acordo com a respetiva apresentação.

2. ABERTURA DAS PROPOSTAS – ATO PÚBLICO

2.1 A praça (ato público) terá lugar no dia 21/03/2024, pelas 10:00horas, na sede da Ponta do Oeste - Sociedade de Promoção e Desenvolvimento da Zona Oeste da Madeira, S.A., na Avenida Zarco, Edifício do Governo Regional, 3º andar, 9004-527 Funchal;

2.2 Podem intervir na praça os interessados, independentemente de terem apresentado proposta escrita, incluindo eventuais titulares de direitos de preferência, ou seus representantes (devidamente habilitados);

2.3 Os interessados não proponentes e os proponentes para poderem intervir no ato público deverão proceder à respetiva inscrição, que decorrerá no local entre as 9:30h e as 9:59h;

2.4 No ato da inscrição devem fazer-se acompanhar do documento de identificação/cartão de cidadão, no caso de pessoas coletivas, certidão permanente, sendo que os respetivos representantes devem vir munidos de instrumento de poderes para o ato;



2.5 Quem pretenda participar na praça, licitar ou preferir em nome de outrem, deve fazer-se acompanhar de procuração ou de outro documento comprovativo que ateste que detém os poderes necessários para o ato, sem prejuízo do disposto no número anterior;

2.6 Os eventuais preferentes deverão identificar-se antes do início da praça com os documentos comprovativos dessa condição;

2.7 A praça é realizada na presença da Comissão de análise nomeada para o efeito, que procederá à respetiva abertura de propostas;

2.8 A licitação verbal inicia-se a partir do valor da proposta mais elevada ou, não tendo sido apresentadas propostas ou não existindo propostas válidas, a partir do valor base de licitação;

2.9 O valor dos lanços é fixado pela Comissão em montante não inferior a 1% do valor base de licitação. O valor do lanço é fixo, não podendo ser superior ao fixado pela Comissão;

2.10 A licitação termina quando o Presidente da Comissão tiver anunciado por três vezes, o lanço mais elevado e este não for coberto;

2.11 Terminada a licitação, se o proponente ou proponentes que apresentaram a proposta de valor mais elevado demonstrarem interesse, reabre-se a licitação entre aqueles, independentemente de terem participado na licitação e o interessado que licitou em último lugar, com o valor dos lanços mínimos fixado pela Comissão;

2.12 Não serão consideradas válidas, as propostas que não cumpram as exigências previstas no presente anúncio, bem como, aquelas cujos proponentes não compareçam ao ato público.

3. CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO, PAGAMENTO E ARREMATAÇÃO

3.1 A adjudicação provisória será efetuada ao proponente que no ato da praça, tiver oferecido o lance de valor mais elevado ou no caso de não haver licitação, ao proponente que tiver apresentado a proposta mais elevada;

3.2 Não há lugar a adjudicação caso se verifiquem indícios de conluio entre os proponentes;

3.3 O adjudicatário provisório deve realizar o pagamento de 25% do valor da adjudicação, salvo se tiver apresentado proposta, caso em que deve realizar o pagamento da diferença entre os 25% do valor da adjudicação e o valor do cheque que acompanhou a proposta;

3.4 O adjudicatário provisório deverá após a arrematação, subscrever uma declaração em que atesta que tomou conhecimento das condições de alienação, com as quais concorda;

3.5 O adjudicatário provisório ou o terceiro para quem este contratou devem comprovar que têm a situação tributária e contributiva regularizada, no prazo de 10 dias a contar da data da adjudicação provisória;

3.6 A não apresentação dos documentos referidos em 3.5 implica a não adjudicação;

3.7 Se a adjudicação não for realizada por motivo imputável ao adjudicatário provisório, a Ponta do Oeste reserva-se o direito de não restituição do montante pago a título de sinal e de adjudicar ao proponente classificado em segundo lugar;

3.8 Após o pagamento integral do valor da adjudicação é emitido o respetivo título de arrematação, este documento conjuntamente com o documento da adjudicação definitiva do imóvel, constituem título bastante para o registo de aquisição a favor do adjudicatário;

3.9 Pelo presente anúncio, consideram-se notificados todos os titulares de direitos de preferência para exercerem o seu direito (devidamente habilitados) querendo, no ato da praça, terminada a licitação;

3.10 As peças do presente procedimento, constituídas pelo presente anúncio e a ficha técnica do imóvel, encontram-se disponíveis para consulta na Ponta do Oeste - Sociedade de Promoção e Desenvolvimento da Zona Oeste da Madeira, S.A, dentro do horário de atendimento que decorre de segunda-feira a sexta-feira das 9h00 às 12h30 e das 14h00 às 17h30, e no sítio da internet: www.sociedadesdesenvolvimento.com

As fotografias apresentadas na ficha técnica do imóvel são apenas para visualização do espaço envolvente.

O presente anúncio não dispensa a leitura das restantes peças do procedimento.

4. Direito de Preferência

Nos termos equiparados ao art.º 59.º do Decreto Legislativo Regional n.º 7/2012/M, de 20 de abril, na sua atual redação e dada a impossibilidade do apuramento da situação atualizada dos titulares dos prédios em confrontação com os prédios aqui objeto de compra e venda, serve o presente edital para notificar V. Exas, para o devido exercício de direito de preferência.

Funchal, 21 de fevereiro de 2024

A Presidente do Conselho de Administração

